

# Ademilar Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ: 84.911.098/0001-29 - Curitiba - PR

cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

## Nota 4. Resumo dos Principais Procedimentos e Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes:

### I - Principais Diretrizes Contábeis da Administradora

#### a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, exceto quanto à taxa de administração dos grupos de consórcios que é escriturada na administradora por ocasião do pagamento da contribuição mensal pelo consorciado.

#### b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

#### c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

#### d) Ativo Permanente

- Outros Investimentos

Está demonstrado ao custo de aquisição.

- Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição e reavaliação espontânea (nota explicativa "8"), acrescido de correção monetária até 31/dez/95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

	% Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Residual 2018	Residual 2017
Terrenos	0	1.700	0	1.700	1.700
Edificações	4	1.327	(632)	695	748
Móveis e Utensílios	10	517	(238)	279	320
Veículos	20	1.804	(427)	1.377	1.037
Computadores	20	1.250	(604)	646	563
Instalações	10	240	(153)	87	112
Máquinas e Equipamentos	10	201	(166)	35	45
Sistema de Segurança	10	26	(22)	4	7
Marcas Patentes	0	4	0	4	4
Imobilizações em Curso	0	408	0	408	470
<b>Total</b>		<b>7.477</b>	<b>(2.242)</b>	<b>5.235</b>	<b>5.006</b>

#### e) Redução Ao Valor Recuperável Dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2018, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da companhia avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações, dessa forma, não foram identificadas perdas no valor recuperável dos ativos.

#### f) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações e correções monetárias incorridas.

Estão calculados levando-se em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica.

#### g) A Companhia é tributada pelo Lucro Real.

#### h) Resultado por Ação

Calculado com base no número de ações, conforme Estatuto Social.

### II - Principais Diretrizes Contábeis dos Grupos de Consórcios

#### a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos remanescentes dessas aplicações após a apropriação dos rendimentos vinculados às obrigações por contemplações a entregar, são incorporados ao fundo comum de cada grupo, por intermédio de rateio proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

#### b) Outros Créditos

No ativo circulante, direitos junto a consorciados contemplados referem-se às parcelas vincendas a título de fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor do bem vigente no mês e, aplicáveis aos consorciados contemplados Normais, Em Atraso e Em Cobrança Judicial, como segue:

	31 de Dezembro De 2018	31 de Dezembro de 2017
Direitos junto a consorciados contemplados	539.463	455.049
- Normais	518.737	431.944
- Em Atraso	4.093	3.803
- Cobrança Judicial	16.633	19.302

#### c) Contas de Compensação Ativa/Passiva

As contas de compensação representam informações adicionais sobre: previsão mensal de recursos a receber de consorciados, contribuições devidas ao grupo e valor dos bens e serviços a contemplar, sendo calculados com base no valor do bem vigente no mês e não afetam a posição patrimonial estática dos grupos na data das demonstrações financeiras.

#### d) Obrigações com Consorciados

As obrigações com consorciados representam os recursos recebidos cuja destinação não foi identificada, acrescidos de atualização monetária.

#### e) Valores a Repassar

Referem-se aos valores recebidos e ainda não repassados a terceiros a título de taxa de administração, prêmios de seguros, multa rescisória contratual e outros.

#### f) Recursos a Devolver aos Consorciados

Representam as obrigações junto aos consorciados desistentes e excluídos, deduzidos da multa rescisória contratual e valores a serem ressarcidos pelos excessos de amortização.

#### g) Recursos dos Grupos

Representam os recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelas remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem ou serviço.

### III - Resumo das Operações de Consórcios

#### a) Posição das Operações de Consórcios

Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em 31 de dezembro:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro De 2017
- Número de Grupos Administrados	32	30
- Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	1.803	1.652
- Quantidade de Bens Entregues no Exercício	1.601	1.244
- Quantidade Total de Bens Entregues dos Grupos em Andamento	7.056	6.441
- Quantidade Total de Bens Entregues de Todos os Grupos	15.010	13.410
- Número de Consorciados Ativos	33.432	27.400
- Número Total de Consorciados Desistentes/Excluídos	31.884	26.371
- Taxa de Inadimplência	12,00%	13,22%

### DIRETORIA

**Jussara Pianowski Schuchovsky**  
Diretora Presidente

**Tatiana Schuchovsky Reichmann**  
Diretora Superintendente

**Ney Cristovão Macarini**  
TC CRC/PR 037696/0-2

#### b) Taxa de Administração

A taxa de administração arrecadada nos grupos de consórcios está de acordo com os seguintes percentuais médios:

	16,79% a 28,00%
Imóveis	

#### c) Taxa de Administração Futura

Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em 31 de dezembro:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Conсорciados Contemplados/Não Contemplados	918.764	718.992

### Nota 5. Transações com Partes Relacionadas

- Investimentos em Coligadas e Controladas

A companhia não possui investimentos em coligadas e controladas.

- Controladora

A companhia é controlada pela empresa Ademicon Participações Societárias S/S Ltda., a qual detém 99,88% de suas ações.

- Partes Relacionadas

Para o período não foram realizadas transações entre partes relacionadas, realizadas no contexto das atividades operacionais da companhia, inerentes à transferência de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre partes relacionadas, exceto ao mencionado na nota explicativa "9 - Distribuição de Dividendos".

### Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Carteira Própria	6.311	5.948
- Quotas em Fundos de Aplicação Financeira	6.311	5.948

### Nota 7. Composição de Saldos do Balanço Patrimonial

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro 2017
a) Ativo Circulante		
Outros Créditos		
Diversos	1.821	1.553
- Adiantamentos Salariais	50	104
- Impostos a Recuperar	0	24
- Devedores diversos no país	1.771	1.425
b) Ativo Realizável a Longo Prazo		
Outros Créditos	5.394	3.255
Valores Específicos	3.547	2.153
- Valores Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial - Grupos Encerrados	3.547	2.153
Diversos		
- Devedores Diversos - País	1.847	1.102
- Depósito Judicial	1.795	955
c) Passivo Circulante/Outras Obrigações	52	147
Diversas	4.946	3.569
- Provisão p/Pagamentos a Efetuar	893	783
- Credores Diversos - País	2	7
- Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos não Procurados)	4.051	2.779
d) Passivo Exigível a Longo Prazo		
Outras Obrigações	4.087	2.806
Diversas		
- Provisão para Passivo Contingente	0	69
- Credores Diversos - País	540	584
- Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial)	3.547	2.153

### Nota 8. Reserva de Reavaliação

Reavaliação de Ativos

O saldo da referida conta está assim demonstrado em:

	31 de Dezembro 2018	31 de Dezembro 2017
- Reserva de Reavaliação	660	660
- Provisão para Contribuição Social	(32)	(34)
- Provisão para o Imposto de Renda	(52)	(56)
- Realização Acumulada	(312)	(286)
- Saldo Final	264	284

### Nota 9. Distribuição de Dividendos

De acordo com o deliberado em reunião dos acionistas, foram distribuídos dividendos no exercício, no montante de R\$ 13.694 mil.

### Nota 10. Contingências Passivas

A Companhia é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, relativos a ações cíveis e reclamatórias trabalhistas reconhecidas na contabilidade e/ou necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme posição dada pelos assessores jurídicos não há contingências a serem registradas na contabilidade nem divulgadas em 31 de dezembro de 2018.

### Nota 11. Capital Social/Patrimônio Líquido

Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no País está composto de 2.406.923 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 31 de dezembro de 2018, o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado da Companhia representa R\$ 13.484.

### Nota 12. Aumento de Capital

Conforme reunião dos Sócios da Companhia realizada em 30/abr./18, através da ata da décima oitava assembleia geral ordinária e da quadragésima quinta assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social mediante integralização de reservas de lucros de (4.593.077) ações, no valor de R\$ 1,00 (hum real), passando o Capital Social de R\$ 2.407 para R\$ 7.000, composto de 7.000.000 ações ordinárias nominativas.

Referido ato será protocolado para homologação por parte do Banco Central do Brasil.

### Nota 13. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A Companhia tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras Companhias de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## TAMO LIGADO NA MEMÓRIA

jornalismo@tribunadoparana.com.br

## Homenagem



Foi aprovado por unanimidade, em primeira votação, um projeto de lei municipal que prevê a instalação de um Memorial da Cultura Cigana em um jardimete do bairro Guabirotuba. A iniciativa, de autoria da vereadora Professora Josete foi analisada em primeiro turno na Câmara Municipal de Curitiba na última terça-feira. De acordo com a vereadora, o pedido partiu da própria comunidade cigana de Curitiba e o memorial deve ser o primeiro do Brasil dedicado a esse povo. No Brasil, explicou a vereadora, existem três etnias ciganas registradas, com idiomas, cultura e costumes próprios. Os primeiros imigrantes chegaram ao país em 1574, como consequência de um decreto português de deportação. Apesar de apontar avanços nos últimos anos, a vereadora alertou que os ciganos "ainda sofrem preconceito e discriminação". O projeto revoga a lei municipal 10.576/2002, que autorizava ao Executivo a construção do Memorial da Cultura Cigana, sem a especificação de um logradouro.